

71

Habeas Corpus nº: 0003244-98.2014.8.17.0000 (0331649-6)

Comarca Origem: 4º Vara Privativa do Tribunal do Júri da
Comarca de Recife

Impetrante: Fernando Feitosa Duarte e OUTRO

Paciente: Sidney Feliciano de Santana e OUTRO

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES ACUSADOS DE HOMICÍDIO CIRCUNSTANCIADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. PLURALIDADE DE RÉUS. DIFICULDADE DE CITAÇÃO DOS ACUSADOS. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS PARA A CUSTÓDIA. MEDIDA QUE SE JUSTIFICA. DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS. PÉSSIMOS ANTECEDENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS SUPOSTAMENTE FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo. Ademais, complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento do feito, nos limites da razoabilidade.

2. Não há constrangimento ilegal quando as decisões que determinam e mantêm a custódia cautelar estão devidamente fundamentadas.

M

3. Condições pessoais supostamente favoráveis, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0331649-6, em que figura como impetrante Fernando Feitosa Duarte e OUTRO e como paciente **Sidney Feliciano de Santana e OUTRO**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0003244-98.2014.8.17.0000 (0331649-6)
Comarca Origem: 4ª Vara Privativa do Tribunal do Júri da
Comarca de Recife
Impetrante: Fernando Feitosa Duarte e OUTRO
Paciente: Sidney Feliciano de Santana e OUTRO
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por Fernando Feitosa Duarte e OUTRO, em favor de **Sidney Feitosa Duarte e Fábio César Marques Fernandes**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo do 4º Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca do Recife (proc. nº. 0064327-20.2011.8.17.0001).

Os impetrantes esclarecem que os pacientes tiveram a prisão preventiva decretada em 28/11/2011, e a ordem foi regular e imediatamente cumprida, por suposta infringência ao disposto no art. 121, §2º, I e IV, c/c art. 29 e 61, II, h, todos do Código Penal, c/c art. 1º, I, da Lei nº. 8.072/90, no tocante à vítima Leonardo França dos Santos, e ao art. 121, §2º, I, III e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal, e art. 1º, I, da Lei nº. 8.072/90, pelos fatos relacionados à vítima Geibson Paulo da Silva, e ainda ao art. 69 do Código Penal, em concurso material.

Informam que em 07/12/11 foi requerida a liberdade provisória dos réus, mas o pedido foi indeferido; que novo pedido de liberdade, feito na

audiência realizada em 22/01/14, foi negado em 28/02/2014; e que a decisão que negou a liberdade dos acusados não levou em consideração que eles estão presos desde 28/11/11.

Defendem, então, que **há excesso de prazo na formação da culpa**.

Asseveram, por outro lado, que as **condições pessoais dos acusados são favoráveis**, e que a liberdade provisória deve ser concedida, na forma do art. 310 do CPP, uma vez verificada a **inocorrência das hipóteses que autorizam a medida preventiva**.

Destacam que a tese da defesa, de negativa de autoria, resta verbalizada e comprovada pelas testemunhas dos autos, o que já seria suficiente para a concessão da liberdade, sem o risco de se manter inocentes em cárcere.

Requerem, assim, a concessão da ordem, concedendo aos pacientes o benefício de aguardar o julgamento do feito em liberdade.

Juntaram os documentos de fls. 12/20.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls.27/28).

Informações encaminhadas às fls. 34/36.

O parecer do Ministério foi pela **denegação da ordem** (fls. 56/59).

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0003244-98.2014.8.17.0000 (0331649-6)

Comarca Origem: 4ª Vara Privativa do Tribunal do Júri da
Comarca de Recife

Impetrante: Fernando Feitosa Duarte e OUTRO

Paciente: **Sidney Feliciano de Santana e OUTRO**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretendem os impetrantes a concessão da ordem, conferindo aos pacientes o benefício de aguardar o julgamento do feito em liberdade, eis que, segundo sustentam, **há excesso de prazo na formação da culpa, as condições pessoais dos acusados são favoráveis, e não estão presentes as hipóteses que autorizam a medida preventiva.**

DA ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 34), relata a denúncia que no dia 12/03/2011, no Bairro de Areias, os denunciados Tiago e Sidney, agindo em comunhão de desígnios e mediante disparos de armas de fogo, mataram os usuários de drogas Geibson Paulo da Silva e Leonardo França dos Santos (adolescentes de aproximadamente 15 anos), alvejando-os, produzindo vários ferimentos descritos nas Perícias Tanatoscópicas.

Relata que, segundo a inicial acusatória, o motivo do crime teria sido em razão de questões envolvendo o tráfico ilícito de drogas, pois as

informações carregadas aos autos dão conta de que as vítimas eram usuárias de crack e os denunciados estariam atuando no comércio ilegal de entorpecentes naquela região e também no extermínio de pessoas.

Com relevância em relação ao andamento do feito, consignado que a denúncia foi recebida em 28/11/11, oportunidade em que foi decretada a preventiva para garantia da ordem pública; o denunciado Tiago, citado em 16/01/2012, apresentou resposta à acusação em 31/01/2012; o denunciado Sidney, apesar de não ter sido citado, apresentou resposta à acusação em 31/01/2012; conforme certidão constante nos autos, até 24/01/2012 o denunciado Sidney não se encontrava preso em qualquer das unidades prisionais de Pernambuco; em 11/09/2013 o denunciado Sidney foi devidamente citado, habilitando novo advogado, que apresentou resposta à acusação em 18/09/2013; designado o dia 06/12/2013 para realização da audiência de instrução e julgamento, mas esta restou frustrada em razão do não comparecimento das testemunhas arroladas pelo Ministério Público; nova audiência foi designada para o dia 24/01/2014, oportunidade em que foi ouvida uma testemunha do Ministério Público, sendo remarcada para o dia 05/05/14, com requisição de condução coercitiva da testemunha que, devidamente intimada, deixou de comparecer; houve parecer do Ministério Público pelo indeferimento do pedido de revogação da preventiva, o que foi acatado pelo Magistrado, em decisão fundamentada.

Alertado que a instrução está em vias de conclusão, restando apenas duas testemunhas arroladas pelo Ministério Público, testemunhas de defesa, se houver, e interrogatórios dos acusados, e que, na hipótese, não se pode atribuir ao Juízo o tempo perdido, diante da dificuldade de citação dos denunciados e na condução das testemunhas para inquirição em audiência, tampouco se pode afirmar que eventual retardo, porventura verificado, seja injustificável.

Consultando o Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, verifico que, na audiência realizada em 05/05/2014, constatou-se a ausência das

testemunhas do rol ministerial, de forma que o Juiz proferiu despacho designando o dia 18/08/2014 para continuação do ato.

Pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Ademais, complexidade do feito, **pluralidade de réus**, e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Senão vejamos:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. – (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** – (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

M

In casu, como observado pelo *Parquet* (fls. 58), 'vê-se dos autos, como informado pelo juízo, ser justificável o retardo do processo uma vez que existiu dificuldades para realizar a citação de um dos acusados e na condução das testemunhas para inquirição em audiência'.

E o próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. **Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Afasto, pois, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

DOS MOTIVOS PARA O DECRETO PREVENTIVO

Informado pelo Juízo que, quando do recebimento da denúncia, a **prisão dos acusados foi decretada para garantia da ordem pública**, em decisão fundamentada, e que um pedido de revogação da medida foi indeferido.

Em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, constato que, em 28/11/2011, a prisão dos pacientes foi decretada nos seguintes termos (grifos e omissões nossos):

NPU 64327-20.2011

DESPACHO

1 – R.H.

2 – Recebo a denúncia contra TIAGO FIRMINO DA SILVA e SIDNEY FELICIANO DE SANTANA; e determino a citação dos mesmos para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até oito testemunhas (art. 406, do CPP), salientando-se que, se os acusados não forem encontrados no endereço constante no mandado citatório, deve a secretaria oficial ao TRE/PE e à SRF/PE para que informem se consta, em seus respectivos cadastros, o endereço dos denunciados, oficiando, também, à SERES com o fito de informar eventual recolhimento dos réus em quaisquer das unidades prisionais do Estado.

3 - Caso os réus sejam citados e não ofereçam resposta no prazo legal, nomeio, desde logo, a Defensora Pública desta Vara para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe, para tanto, vista dos autos.

4 – Certifique-se quanto aos antecedentes criminais dos denunciados, de acordo com a Secretaria de Defesa Social.

5 – Oficie-se aos respectivos juízos onde porventura constem processos distribuídos contra os denunciados, solicitando informações sobre a tramitação dos mesmos.

6 – Quanto ao pedido de decretação da prisão preventiva dos denunciados formulado pela autoridade policial, em seu relatório no inquérito policial, entendo que realmente se encontram presentes os pressupostos necessários para decretá-la. É que a materialidade delitiva esta provada pelas perícias tanatoscópicas de fls. 75/76 e, quanto à autoria, constam no caderno processual indícios suficientes de que tais acusados teriam praticado o fato delituoso. Desse modo, a decretação da prisão dos denunciados atende à garantia da ordem pública, tendo em vista a forma grave em que o crime foi cometido, já que torturaram as vítimas antes de matá-las; saliento-se ainda que os acusados são possuidores de péssimos antecedentes processuais conforme fls. 110/117, tendo o segundo denunciado um mandado de prisão expedido pelo MM Juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri em seu desfavor. Tudo isso forma minha convicção de que a decretação da prisão preventiva de ambos encontra guarida no Código de Processo Penal, sendo medida imprescindível para garantia da ordem pública. Assim, acolhendo como meus os argumentos expostos pelo Ministério Público, e considerando a gravidade concreta do crime em tela, seu modus operandi, bem como o risco de reiteração criminosa (STF – HC 102098/SP), com base nos artigos 311 e seguintes, do CPP, DECRETO a prisão preventiva de TIAGO FIRMINO DA SILVA e SIDNEY FELICIANO DE

MY

SANTANA, devendo ser expedidos mandados de prisão em seu desfavor e encaminhados para onde de direito.

Recife, 28/11/2011

Maryslúcia Pereira Feitosa Dias de Araújo
Juíza de Direito Substituta de 3ª Entrância

Observo ainda que, mais adiante, um pedido de revogação da medida foi indeferido com os seguintes fundamentos (grifos e omissões nossos):

PROCESSO Nº 0064327-20.2011.8.17.0001

Acusados: TIAGO FIRMINO DA SILVA
SIDNEY FELICIANO DE SANTANA

Vítimas: GEIBSON PAULO DA SILVA
LEONARDO FRANÇA SOA SANTOS

DECISÃO

Vistos etc.

TIAGO FIRMINO DA SILVA e SIDNEY FELICIANO DE SANTANA requereram, às f. 210, a **revogação da prisão preventiva alegando excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.**

Instado a se manifestar, o Ministério Público ofertou parecer opinando pelo indeferimento do pedido.

Era o necessário a ser relatado.

Decido:

Examinando os autos, verifico que assiste razão ao Ministério Público, posto que **ainda se encontram presentes os pressupostos necessários à manutenção da segregação cautelar dos acusados,** inclusive pelos mesmos motivos já expostos às f. 118 dos autos.

Por sua vez, a **alegação de excesso de prazo para o término da instrução criminal não pode prosperar, tendo em vista que a demora deu-se em virtude da complexidade do caso, sendo certo que eventual retardo no encerramento da instrução criminal ficaria justificado pela razoabilidade (STJ - HC 173.348/BA), pois não se deve**

avaliar a razoável duração do processo de maneira estanque, mas sim em conformidade com outros princípios constitucionais e com o caso in concreto (STF - HC 104510/GO e HC 107629/PB).

No caso em tela, **são dois os acusados, sendo arroladas três testemunhas na peça inicial.**

Examinando os autos verifico que a denúncia foi recebida em 28 de novembro de 2011, oportunidade em que foi decretada a prisão preventiva dos acusados para garantia da ordem pública, em decisão fundamentada às f. 118.

Os denunciados apresentaram as respostas preliminares em 31 de janeiro de 2012, apesar de o denunciado Sidney Feliciano de Santana não ter sido citado pessoalmente.

Em 11 de setembro de 2013 o denunciado Sidney Feliciano de Santana foi devidamente citado, habilitando novo advogado, que apresentou a resposta à acusação em 18 de setembro de 2013.

Designado o dia 06 de dezembro de 2013 para realização da audiência de instrução e julgamento, esta restou frustrada em razão do não comparecimento das testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

Nova audiência foi designada para o dia 22 de janeiro de 2014, oportunidade em que foi ouvida uma testemunha do rol ministerial, sendo remarcada para o dia 5 de maio de 2014 com requisição de condução coercitiva da testemunha que, devidamente intimada, deixou de comparecer.

Não se pode, contudo, atribuir ao Juízo o tempo perdido diante da dificuldade na condução de testemunhas para inquirição em audiência, tampouco se pode afirmar que eventual retardo, porventura verificado neste processo, seja injustificável.

Verifica-se, portanto, que a instrução criminal está em vias de conclusão, restando a oitiva de apenas duas testemunhas arroladas pelo Ministério Público, testemunhas de defesa, se houver, e Interrogatórios dos acusados e que a prisão preventiva dos acusados ainda encontra fundamentos nos artigos 311 e seguintes, do Código de Processo Penal.

Diante do exposto, **entendo não haver o excesso injustificado de prazo alegado pelos requerentes e por permanecerem vigentes as**

M

razões do decreto prisional, nego o pedido de revogação da prisão preventiva, mantendo a prisão dos acusados.

Intimem-se.

Recife, 25 de fevereiro de 2014.

Júlio César Santos da Silva

Juiz de Direito

Na decisão que decretou a medida, observado pelo Juiz a **presença da materialidade delitiva**, assim como os **indícios da autoria**, além de que a decretação da prisão dos denunciados atende à **garantia da ordem pública**, tendo em vista a **forma grave em que o crime foi cometido**, com tortura as vítimas antes de matá-las, salientando-se ainda que **os acusados são possuidores de péssimos antecedentes processuais.**

Imperioso frisar que, pesquisando o Sistema Judwin deste Tribunal, verifiquei que, de fato, **os acusados respondem a outros processos** (Sidney Feliciano de Santana – proc. nº. 0015999-59.2011.8.17.0001; proc. nº. 0064441-56.2011.8.17.0001; proc. nº. 0102238-95.2013.8.17.0001; e Tiago Firmino da Silva – proc. nº. 0035666-29.2011.8.17.0810; proc. nº. 0102238-95.2013.8.17.0001; proc. nº. 0064441-56.2011.8.17.0001).

Sendo assim, não merece prosperar a alegação de que incorrem as hipóteses que autorizam a medida preventiva.

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS**

AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis. 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). **CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Há de ser mantida, pois, a custódia cautelar.

Sendo assim, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator